



PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º 206, DE 2019

(Do Sr. Vinicius Farah)

Revoga o Art. 14. da Resolução da ANAC Nº 400, de 13 de dezembro de 2016 que "dispõe sobre as Condições Gerais de Transporte Aéreo, sobre as bagagens de mão e bagagens despachadas."

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PDC-568/2016.

APRECIAÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL Art. 137, caput - RICD O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - Fica revogado o Art. 14. da Resolução ANAC Nº 400, de 13 de

dezembro de 2016 - "Dispõe sobre as Condições Gerais de Transporte Aéreo, sobre as

"bagagens de mão e bagagens despachadas."

Art. 2º - Este projeto entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Este Projeto de Decreto Legislativo tem o condão de revogar o Art. 14 da

resolução ANAC Nº 400, para que o transportador possa permitir uma franquia mínima de 10

(dez) quilos de bagagem de mão e (23) quilos despachados por passageiro de acordo com as

dimensões e a quantidade de peças definidas no contrato de transporte.

É um absurdo, por parte das empresas aéreas quererem cobrar bagagem

acrescentando ao preço da passagem. A autorização da ANAC para que as empresas aéreas

cobrem valor extra pela bagagem é um tremendo contrassenso, visto que, o passageiro é sempre

o hipossuficiente nessa relação de consumo.

A ANAC defende que a Resolução 400 "fortalece o consumidor", já que dá ao

passageiro a flexibilidade da escolha: quem quer despachar a bagagem, paga a mais por isso,

quem não quer, não precisa pagar. Atualmente, o custo do despacho já está embutido nas

passagens de todos, tanto dos que usam, quanto dos que não usam o serviço, a medida fere a lei

porque permite uma cobrança "abusiva" e "dupla" pelo mesmo serviço.

Peço vênia aos nobres pares para analisar essa salutar proposta, que será uma das

varias respostas que esse parlamento dará a sociedade brasileira, que nos cobra a cada dia

mudanças de comportamento e seriedade com a nação brasileira.

Sala das Sessões, 23 abril de 2019

VINÍCIUS FARAH

Deputado Federal MDB – RJ

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA

Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG

Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL

Seção de Legislação Citada - SELEC

RESOLUÇÃO Nº 400, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016

Dispõe sobre as Condições Gerais de

Transporte Aéreo.

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso V, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto nos arts. 8º, incisos I e X, da mencionada Lei, 222 a 260 e 302 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, nas Leis nºs 10.406, de 10 de janeiro de 2002, 8.078, de 11 de setembro de 1990, e nos Decretos nºs 5.910, de 27 de setembro de 2006, e 6.780, de 18 de fevereiro de 2009, e considerando o que consta do processo nº 00058.054992/2014-33, deliberado e aprovado na 26ª Reunião Deliberativa da Diretoria, realizada em 13 de dezembro de 2016, resolve:

CAPÍTULO I DAS OBRIGAÇÕES PRÉVIAS À EXECUÇÃO DO CONTRATO DE TRANSPORTE AÉREO Seção V Das Informações sobre Bagagens Art. 14. O transportador deverá permitir uma franquia mínima de 10 (dez) quilos de bagagem de mão por passageiro de acordo com as dimensões e a quantidade de peças definidas no contrato de transporte. § 1º Considera-se bagagem de mão aquela transportada na cabine, sob a responsabilidade do passageiro. § 2º O transportador poderá restringir o peso e o conteúdo da bagagem de mão por motivo de segurança ou de capacidade da aeronave. Art. 15. O transportador deverá informar aos usuários quais bagagens serão submetidas a procedimentos especiais de despacho, em razão de suas condições de manuseio ou de suas dimensões. § 1º As bagagens que não se enquadrarem nas regras estabelecidas pelo transportador, conforme o caput deste artigo, poderão ser recusadas ou submetidas a contrato de transporte de carga. § 2º O transporte de carga e de animais deverá observar regime de contratação e procedimento de despacho próprios.

FIM DO DOCUMENTO